

2ª Oficina “Paisagens de Influência Portuguesa”: Território e Fortificação

05 de dezembro de 2018, 10h00

Sala 2, CES / Alta

organização: Antonieta Reis Leite; Catarina Almeida Marado; Sidh Losa Mendiratta

CES - UC

Resumos e notas biográficas

Margarida Tavares da Conceição (IHA - NOVA FCSH/ UAL)

Ciência do desenho e arte da pintura: Francisco de Holanda e o território fortificado enquanto paisagem

Resumo

O território é uma espécie de existência básica sem o qual o acto de tornar forte qualquer lugar se esvazia de significado. Espaço que pertence a algo ou alguém, como tal precisa de ser defendido e controlado. Para isso, o território tem de ser (re)conhecido, percorrido, visto, medido, desenhado, transmitido. Nesse sentido é também espaço visual, paisagem. É frequente no contexto cultural do Renascimento identificar o recurso a pintores e debuxadores para o “levantamento de campo” e representação gráfica de espaços estratégicos e fortificações, recurso precioso na chamada espionagem militar. Francisco de Holanda assegura o legado quase perfeito neste âmbito: destaca a viagem (até Itália, 1538-1541) como meio de conhecimento e o desenho como processo e produto. Do enunciado teórico da utilidade da ciência do desenho ao modo como aborda o território de Lisboa na Fabrica que falece (1571), traduz o levantamento militar enquanto paisagem gráfica do que a vista alcança.

Nota biográfica

Investigadora integrada do Instituto de História da Arte da FCSH - NOVA, desde 2013. Professora auxiliar convidada no Departamento de História da Arte da mesma universidade e no Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa. Principais interesses de investigação: cidade e fortificação na época moderna, tratados de arquitectura e de urbanismo e de áreas correlacionadas.

Jorge Correia (Lab2PT | UMinho)

Muralhas, castelos, fortalezas: os territórios da fortificação portuguesa no Norte de África

Resumo

Entre Quatrocentos e Quinhentos, o acto de (re)amuralhar significou muitas vezes a definição da fronteira da soberania dos portugueses no Norte de África. Nas cidades conquistadas imperou uma atitude pragmática orientada para a sustentabilidade de praças de guerra isoladas em território hostil. Operaram-se significativas reduções de perímetro e superfície das áreas ocupadas, os ‘atalhos’. Para além de muralhas e

cercas, um dos temas centrais foi também a edificação de castelos. Esta praxis arrastou consigo um contributo fundamental para as ciências da fortificação. A reflexão recolhe três tempos principais - medieval, ensaio de modernização e amadurecimento manuelino - antes que os novos desafios da pirobalística começassem a contar a história definitiva da fortificação moderna a partir de meados de meados do século XVI. De Ceuta a Safim, casos de estudo mostrarão não só adaptações e transformações de recintos urbanos preexistentes, mas também novas implantações como a fortaleza de Mazagão, a última praça portuguesa no Magrebe.

Nota biográfica

Jorge Correia é licenciado e doutor em Arquitectura pela FAUP. Actualmente Professor Associado da Escola de Arquitectura da UMinho, dedica-se aos domínios da história da arquitectura e urbanismo. É também investigador integrado e subdirector do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) e associado no Centro de Humanidades (CHAM). Foi docente ou investigador convidado na UFRJ e UFES (Brasil), na UJI (Espanha) e no CCA (Canadá), comissariando a exposição 'Photographing the Arab city in the 19th century', ou ainda em Nablus (Palestina), Koya (Irão), Tirana (Albânia) e Belgrado (Sérvia). Entre outros compromissos, organizou também as conferências internacionais EAHN2010, sendo seu actual vice-presidente, e PNUM2016. Os seus interesses de investigação abarcam o estudo dos aspectos arquitectónicos e urbanos da Expansão portuguesa entre os séculos XV e XIX, com enfoque no Magrebe e Médio Oriente, as expressões e desafios culturais do património, bem como as cidades tradicionais islâmicas e sua representação.

Luís Sousa (CHAM - NOVA FCSH & UAÇ/ CH – FLUC/ IUM)

Os portugueses e as fortificações sáidas em Larache e Fez: alguns tópicos a desenvolver

Resumo

A comunicação pretende abordar um tema pouco trabalhado, o papel dos cativos portugueses de Alcácer Quibir no processo de fortificação de Fez e Larache levado a cabo durante o reinado de Almansur. Sublinha-se a importância da fronteira Norte de Marrocos, nomeadamente no eixo Larache Fez, como zona de contenção dos agentes de expansão no território: os reinos Ibéricos e otomanos via Argel. A fórmula encontrada para efectivar a defesa deste espaço crítico surgiu da própria experiência no confronto com os portugueses, entrincheirados em posições fortíssimas. Assim, entre 1579 e c.1603 foram construídos uma série de fortes em Larache e Fez, de traçado europeu, que sugerem o emprego dos arquitectos/engenheiros militares e dos vários milhares trabalhadores especializados capturados do dia 4 de Agosto de 1578.

Nota biográfica

Licenciado em Arquitectura na FAUTL (actual FAUL) em 1990. Apresentou a dissertação de Mestrado na CH-FLUL em 2006 (prémio de Defesa Nacional de 2006), e completou o doutoramento em História dos Descobrimentos e Expansão pela mesma instituição (2013). Dedicou-se ao estudo da ligação entre a produção artística quinhentista com a escrita e prática de guerra em Portugal no século XVI, tema sobre o qual tem vários livros, artigos e comunicações, dos quais se destaca "Construir e desconstruir a Guerra em Portugal 1568-1598" (prémio de Defesa Nacional 2015, ex-

equo). Participou no projecto "Monumenta: Documentos Inéditos ou Raros sobre Belém do Pará" (bolsa Fernão Mendes Pinto, Instituto Camões, Jul.2016-Jan.2017). Foi bolseiro de pós-doutoramento no CHAM (FCT UID/HIS/04666/2013) Fev.2017-Jan.18), com o projecto "Imagens e representações da guerra em Portugal (1521-1621) sinalização de espólio iconográfico". É investigador responsável do projecto FCT-I&R "De Re Militari: Da escrita da guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621)" (PTDC/ART-HIS/32459/2017).

Hélia Silva (IHA - NOVA FCSH)

Francisco de Frias, fortificador das fortalezas do Brasil (1603-1635)

Resumo

Arquiteto, construtor, engenheiro-mor, Francisco de Frias (Mesquita) trabalhou no Brasil entre 1603 e 1635. Responsável pela defesa e consolidação de um território em transformação, é sem dúvida uma das principais personagens da primeira metade do século XVII no Brasil. Dele sabe-se que, em 1598, ocupou uma das três vagas de aprendiz de arquitetura, na aula do paço tendo como professores Nicolau de Frias, mestre das obras régias e João Baptista Lavanha, cosmógrafo-mor. Em 1603 foi nomeado para intervir na fortificação das fortalezas do Brasil, tendo trabalhado no Forte da Laje (no Recife), no Forte de Nossa Senhora del Pópulo (em Salvador), nos fortes do Mar e de S. Diogo (em Salvador), no Forte dos Reis Magos (em Natal), algumas das mais importantes estruturas de defesa do litoral noreste Brasileiro. Autor do plano inicial da cidade de S. Luís do Maranhão, em 1617 encontramos-lo como responsável pelo desenho da igreja do Mosteiro de S. Bento, no Rio de Janeiro. Por volta de 1635 regressa a Portugal, continuando a trabalhar em fortificações. Com esta apresentação pretende-se apresentar o trabalho que Francisco de Frias desenvolveu no Brasil e discutir a importância que este teve na consolidação do território.

Nota biográfica

Licenciada em arquitetura pela Universidade Lusíada no ramo de recuperação (1991). Mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2005) é atualmente Doutoranda em História da Arte Moderna na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Técnica da Câmara Municipal de Lisboa desde 1992, tem desenvolvido o seu percurso profissional nas áreas da reabilitação urbana, do planeamento urbano e na proteção do património edificado. Investigadora e membro da equipa de coordenação do projeto FCT – PTDC/CPC-HAT/4703/2012: LxConventos - "Da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX" entre 2013 e 2015.

Sara Ventura da Cruz (CES/III – UC)

“Arredondar um imenso País”: Território e fortificação na política iluminista para Angola.

Resumo

Durante muito tempo a ocupação portuguesa em Angola esteve interligada com a fortificação. Fora destes enclaves coloniais, não havia um efetivo controlo territorial. Apenas na segunda metade do século XVIII, através de um plano de reformas que procurou fundar de novo esta colónia, a Coroa Portuguesa pretendeu pela primeira vez criar um território para Angola. No quadro de um projeto global para o Império de cariz iluminista, pretendeu-se então diversificar a base da economia de Angola, reforçar o poder central, procurando o povoamento e a territorialização e consolidação do Estado. Neste contexto, é possível descortinar nos agentes responsáveis pela administração de Angola um discurso para (e sobre) o território, que se procura analisar nesta comunicação. Através dos programas de governo iluministas, proponho-me examinar o plano para o ordenamento deste território, salientando a forma como a fortificação foi usada como um importante instrumento na construção e organização do território e do espaço urbano.

Nota biográfica

Sara Ventura da Cruz (Aveiro, 1978). Licenciada e Mestre em Arquitetura (FCTUC, 2005 e 2011). Curso de Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (CEDOUA-UC, 2009). É, desde 2012, doutoranda do Programa de Doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa” (CES/III-UC), onde se encontra a desenvolver a dissertação intitulada “Visões territoriais do iluminismo português na África Austral”, com bolsa da FCT.

Nuno Lopes (CES – UC)

Goa (1510-1660): a construção de uma paisagem militar

Resumo

A paisagem goesa foi profundamente determinada pelo sistema defensivo desenvolvido ao longo do primeiro século e meio da ocupação colonial portuguesa. Expressão de choques e trocas culturais, resistências e alianças militares, definições de fronteiras, (re)formulação e desenvolvimento de comunidades, a par com outras ferramentas de colonização, num contexto adverso e sem exemplos anteriores de impérios globais, os Portugueses viram-se obrigados a usar a engenharia militar também como fator de agregação e identificação, marca indelével que perdurou e se “naturalizou”, diluindo-se na perceção paisagística atual. O objetivo deste ensaio é fazer ressaltar esses traços estruturantes da paisagem goesa, para então provocar a discussão da sua valorização pela interpretação dos seus significados. Além da revisão historiográfica e documental, o desenho tem sido a ferramenta metodológica de diferenciação em relação aos estudos anteriores, permitindo a legibilidade dos objetos e a sua integração num sistema à escala do território. Compreender esta paisagem militar implica reconhecer, preservar e clarificar cada estrutura fortificada, numa visão integrada, constituindo uma oportunidade de análise à ação-interação entre a natureza e o homem, a memória da

construção de um território e de uma sociedade, como a sua identidade, em constante evolução.

Nota biográfica

Nuno Lopes é mestre em Arquitetura pela Escola de Artes da Universidade de Évora e pelo Politecnico di Milano (Bovisa), e doutor em Patrimónios de Influência Portuguesa, ramos de especialização em arquitetura e urbanismo, do Instituto de Investigação Interdisciplinar [III] e do Centro de Estudos Sociais [CES] da Universidade de Coimbra [UC]. Após experiências profissionais nos atelieres RCR Architectes (Pritzker Prize 2017) e AV62 Arquitectos, tornou-se investigador (desde 2015) na Cátedra UNESCO Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa, hospedado no CES-UC, sob a coordenação de Walter Rossa. É Adjunto de Ensino no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob a regência de Walter Rossa. Entre os seus interesses de investigação, destacam-se: patrimónios de influência portuguesa, arquitetura e urbanismo, desenvolvimento sustentável, planeamento integrado, paisagens culturais e economia criativa, âmbitos nos quais é autor, produtor, editor e organizador de publicações, conferências nacionais e internacionais e coordenador/organizador de eventos científicos, entre os quais se destacam o Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento (ação de cooperação entre as universidades de Coimbra e de Lúrio, Nampula) e o Worlds of Cultural Heritage(s): History and Politics (www.patrimonios.pt).

Roger Lee de Jesus (UC-CHSC / CHAM - NOVA FCSH & UAÇ)

De “chave da Índia” a relíquia do passado: o caso de Diu e da sua fortaleza

Resumo

O objectivo desta comunicação é de analisar o desenvolvimento da cidade de Diu e especialmente da importância da sua fortaleza de São Tomé no contexto geral do “Estado da Índia”. Desejado por D. Manuel I e D. João III, o porto de Diu mostrou ter uma importância vital no comércio asiático da primeira metade do século XVI. Apesar das muitas tentativas de conquista militar, a presença portuguesa só se estabeleceu através de um tratado diplomático com o Sultão do Guzerate, em 1535. Para lá da questão económico-financeira, Diu é sobretudo reconhecida pelos seus dois cercos (1538 e 1546) que marcaram profundamente o imaginário do processo expansionista português no Índico. Assim, procuraremos fazer uma análise global (e comparada) do que foi o desenvolvimento de Diu à sombra da sua fortaleza e do seu passado militar, tentando compreender a transformação do território a partir desta leitura centrada na história política e militar da cidade.

Nota biográfica

Licenciado em História (FLUC, 2010) e Mestre em História, especialidade em Época Moderna (FLUC, 2012). Foi bolseiro de Doutoramento (FCT) em História – Época Moderna (FLUC), estando a concluir a tese “A Governação do Estado da Índia por D. João de Castro (1545-1548) na Estratégia Imperial de D. João III” sob orientação de João Marinho dos Santos (FLUC) e João Paulo Oliveira e Costa (FCSH-UNL). Tem desenvolvido investigação na área da Expansão Portuguesa na Ásia, no século XVI, na sua vertente política e militar. Assistente de Investigação do Centro de História d’Aquém

e d'Além Mar (FCSH-UNL/UAç) e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (UC).

Sidh Mendiratta (CES – UC/ULP)

Baçaim: cidade e fortificação (1534-1739)

Resumo

Baçaim, capital da Província do Norte do Estado da Índia, foi uma cidade fortificada por uma cerca abaluartada edificada na segunda metade do séc. XVI, e que se manteve sob domínio português entre 1534 e 1739. Nessa última data, após prolongado cerco, foi conquistada pelo reino Marata. Apesar de vários levantamentos topográficos e de algumas escavações arqueológicas parciais, permanecem várias dúvidas relativamente à localização e função de algumas estruturas urbanas mencionadas nas fontes portuguesas, assim como relativamente à extensa área não-aedificandi na zona norte do recinto amuralhado. Nesta apresentação irei propor algumas explicações para estas situações, após descrever o processo de desenvolvimento e fortificação da cidade.

Nota biográfica

Sidh Losa Mendiratta nasceu no Porto em 1977. Arquiteto pela Universidade do Porto (2005), é doutorado em Arquitetura pela Universidade de Coimbra (2012), com a tese “Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)”. Desde 2012 é professor auxiliar no Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Lusófona do Porto. Desde 2013 é investigador pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde desenvolve o projeto de pós-doutoramento intitulado “Construção Identitária: paisagens urbanas e arquitetura de origem Católica em Mumbai (séculos XVI-XX)”.